



## Conhecimento de vereadores acerca do uso do álcool e repercussões sobre a saúde dos usuários\*

Tancredo Castelo-Branco-Neto<sup>1</sup>

 <https://orcid.org/0000-0002-5675-7219>

Fernanda Matos Fernandes Castelo-Branco<sup>2</sup>  
(*in memoriam*)

 <https://orcid.org/0000-0002-9074-0963>


Fabio Rodrigues Trindade<sup>3</sup>

 <https://orcid.org/0000-0002-3667-5988>


Ivonizete Pires Ribeiro<sup>4</sup>

 <https://orcid.org/0000-0003-0737-5430>

Fabricio Ibiapina Tapety<sup>4</sup>

 <https://orcid.org/0000-0002-8280-1893>

Raurys Alencar de Oliveira<sup>4</sup>

 <https://orcid.org/0000-0001-5123-004X>

**Objetivo:** descrever o conhecimento dos vereadores acerca do uso do álcool e as repercussões sobre a saúde dos usuários. **Método:** estudo descritivo, de abordagem qualitativa, desenvolvido na Câmara de Vereadores de um município no extremo norte brasileiro, na região Amazônica. Os dados foram obtidos por meio de uma entrevista com roteiro semiestruturado, processados no *software* IRaMuTeQ e analisados na nuvem de palavra, mediante a análise de similitude e a Classificação Hierárquica Descendente, por meio do dendrograma. **Resultados:** a palavra destaque foi “não”, demonstrando uma desaprovação, por parte dos legisladores, acerca do uso de álcool pela população e as repercussões negativas na saúde dos usuários, bem como uma limitação de conhecimento científico e técnico acerca da temática, expondo, na maioria, ideias que são apenas de senso comum e de maneira generalizada. **Conclusão:** aponta a necessidade de criação de um núcleo de capacitação parlamentar a fim implementar políticas eficazes à população usuária de álcool.

**Descritores:** Conhecimento; Transtornos Induzidos por Álcool; Bebidas Alcoólicas; Lei Orgânica; Direitos Humanos.

\* Artigo extraído da dissertação de mestrado “Conhecimento dos parlamentares sobre a Tutela Jurídica dos Usuários de Álcool: projeto indicativo de lei”, apresentada ao Centro Universitário UNINOVAFAPI, Teresina, PI, Brasil.

<sup>1</sup> Universidade Federal do Amapá, Coordenação do Curso de Direito, Oiapoque, AP, Brasil.

<sup>2</sup> Universidade Federal do Amapá, Coordenação do Curso de Enfermagem, Oiapoque, AP, Brasil.

<sup>3</sup> Universidade Federal do Piauí, Departamento de Enfermagem, Teresina, PI, Brasil.

<sup>4</sup> Centro Universitário UNINOVAFAPI, Teresina, PI, Brasil.

### Como citar este artigo

Castelo-Branco-Neto T, Castelo-Branco FMF, Trindade FR, Ribeiro IP, Tapety FI, Oliveira RA. Councilmen’s knowledge about the use of alcohol and repercussions on the users’ health. SMAD, Rev Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog. 2022 jan.-mar.;18(1):26-36. doi: <https://dx.doi.org/10.11606/issn.1806-6976.smad.2022.173460>

## Councilmen's knowledge about the use of alcohol and repercussions on the users' health

**Objective:** to describe the councilmen's knowledge about the use of alcohol and the repercussions on the users' health. **Method:** a descriptive study, with a qualitative approach, developed in the City Council of a municipality in the extreme north of Brazil, in the Amazon region. The data was obtained through an interview with a semi-structured script, processed in the IRaMuTeQ software and analyzed in the word cloud, through the analysis of similarity and the Descending Hierarchical Classification, through the dendrogram. **Results:** the highlighted word was "no", demonstrating a disapproval, by the legislators, about the use of alcohol by the population and the negative repercussions on the users' health, as well as a limitation of scientific and technical knowledge about the theme, exposing, in the majority, ideas that are only common sense and in a generalized way. **Conclusion:** it points out the need to create a parliamentary training center in order to implement effective policies for the alcohol-using population.

**Descriptors:** Knowledge; Alcohol-induced Disorders; Alcoholic Beverages; Organic Law; Human Rights.

## Conocimiento de los concejales acerca del uso de alcohol y repercusiones sobre la salud de los usuarios

**Objetivo:** describir el conocimiento que tienen los concejales acerca del uso del alcohol y sus repercusiones sobre la salud de los usuarios. **Método:** estudio descriptivo, de abordaje cualitativo, desarrollado en la Cámara de Concejales de un municipio en el extremo norte de Brasil, en la región Amazónica. Los datos fueron obtenidos por medio de una entrevista con guión semiestructurado, procesados en el software IRaMuTeQ que analiza la nube de palabras, es un análisis de similitud y Clasificación Jerárquica Descendente, a través de dendograma. **Resultados:** la palabra destacada fue "no", demostrando la desaprobación de los legisladores sobre el uso de alcohol por la población y las repercusiones negativas sobre la salud de los usuarios, así como una limitación de conocimiento científico y técnico acerca de la temática, exponiendo, en la mayoría, ideas que son apenas de sentido común y de manera generalizada. **Conclusión:** apunta la necesidad de crear un núcleo de capacitación parlamentar con el objetivo de implementar políticas eficaces para la población usuaria de alcohol.

**Descriptores:** Conocimiento; Trastornos Inducidos por el Alcohol; Bebidas Alcohólicas; Ley Orgánica; Derechos Humanos.

## Introdução

O álcool é considerado um problema de saúde pública mundial, causando graves consequências em níveis individual e coletivo. Segundo o relatório da Organização Mundial de Saúde (OMS), no ano de 2016, o uso nocivo de álcool resultou em cerca de três milhões de mortes (5,3% das mortes no mundo inteiro) e 132,6 milhões de anos de vida ajustados por incapacidade. Apontou ainda que a carga de doenças e as lesões relacionadas ao álcool foram mais prevalentes na região africana, enquanto as mortes e os anos de vida perdidos por incapacidade foram mais altos na região europeia (10,1% e 10,8%, respectivamente), seguida da região das Américas, com 5,5% (mortes) e 6,7% (incapacidades). Portanto, a mortalidade resultante do consumo de álcool é maior do que as mortes oriundas de doenças como a tuberculose, HIV/Aids e diabetes<sup>(1)</sup>.

A estimativa recente sobre o consumo de álcool no Brasil foi realizada pela Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (VIGITEL), no ano de 2016, e demonstrou que o consumo ocasional de risco (ingestão de quatro ou mais doses para mulheres ou cinco ou mais doses para homens em uma mesma ocasião) variou de 14,5%, em uma capital localizada no Norte do Brasil, a 24,9%, em outra localidade da região Nordeste do Brasil. Em se tratando do Estado do Amapá, o consumo abusivo de álcool aumentou em 25% na população adulta entre 2017 e 2018, sendo o uso excessivo três vezes maior entre os homens. Assim, um estudo revelou que 20% (um em cada cinco) da população adulta da capital amapaense apresentou situação de uso abusivo no ano de 2018 contra um percentual de 15,9% no ano anterior<sup>(2)</sup>.

É válido salientar que, em 2016, 80 países escreveram políticas nacionais sobre o álcool, enquanto oito países tinham políticas subnacionais e 11 proibiam totalmente o consumo de álcool. Desde o ano de 2008, a porcentagem de países com uma política nacional escrita acerca do álcool aumentou consideravelmente, enquanto muitos outros revisaram suas políticas com a finalidade de reduzir o consumo, sendo que muitos países africanos e americanos não escreveram políticas nacionais sobre o álcool. A principal responsabilidade pela política é do setor de saúde em 69% dos países com uma política nacional<sup>(1)</sup>.

Diante dessa conjuntura, o direito à saúde como sendo um dever do Estado, que é materializado como, por exemplo, o direito de atenção à saúde mental, está associado à garantia de diversos outros direitos, tais como o acesso do cidadão às políticas públicas adequadas e eficazes voltadas à promoção do direito à saúde, o qual também pode ser objeto de apreciação judicial em um caso concreto, por meio do direito de acesso à Justiça, assegurado no artigo 5.º XXXV da CF,

que acaba por funcionar como um verdadeiro mediador da efetivação de diversas políticas públicas, inclusive, de saúde<sup>(3)</sup>.

Ao partir desses pressupostos e considerando que o consumo de álcool é um fenômeno complexo e que possui relações com as mais variadas esferas da sociedade, tornando-o um problema multidimensional no qual não se envolve exclusivamente o usuário, mas também a família, o ambiente de trabalho, o sistema de saúde, além do aparato legal e de Justiça, medidas políticas foram surgindo com o intuito de desvelar a conjuntura social existente, tais como os movimentos que buscam modificar a assistência em saúde mental, permitindo a promoção de modelos centrados na comunidade e nas redes sociais a fim de ajudar na solução da problemática.

Por fim, devido à inexistência de investigação sobre as políticas públicas entre uma população localizada no Norte brasileiro, na região Amazônica, acerca do uso problemático de álcool e as repercussões sobre a saúde dos usuários, faz-se importante este tipo de levantamento para suscitar a criação de um núcleo de capacitação parlamentar para que, assim, se possam realizar audiências e consultas públicas com profissionais capacitados sobre o tema a fim desenvolver e implementar políticas públicas eficazes voltadas para a melhoria na qualidade de vida dos usuários a fim de evitar maiores danos e prejuízos a partir de um uso abusivo e ainda elaborar medidas preventivas. Afinal, os vereadores têm competência para propor projetos de lei sobre determinados temas, por exemplo, aqueles que estão relacionados à administração do Poder Executivo, e, desse modo, são capazes de criar projetos de lei, um decreto legislativo ou uma resolução, a depender do caso.

Nesse contexto, este estudo objetivou descrever o conhecimento dos vereadores acerca do uso do álcool e as repercussões sobre a saúde dos usuários.

## Método

Estudo descritivo de abordagem qualitativa. Participaram do estudo 11 vereadores em exercício do mandato eletivo que estivessem exercendo as suas atividades legislativas e que aceitaram voluntariamente participar do estudo, sendo estes os critérios de inclusão.

O estudo foi realizado na região Norte do Brasil, no Estado do Amapá, na Amazônia brasileira, em região fronteira com a Guiana Francesa, na Câmara Municipal de vereadores, a qual é composta de secretaria legislativa, secretaria de finanças e administração e arquivo.

A coleta de dados ocorreu após a leitura e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As entrevistas foram realizadas

nos gabinetes dos vereadores e em horário conveniente e marcado previamente com cada vereador a fim de não atrapalhar os serviços laborais deles, bem como garantir maior privacidade, para que os participantes se sentissem mais seguros, facilitando, assim, o diálogo. A coleta ocorreu nos meses de dezembro de 2019 e janeiro de 2020.

Para a produção dos dados, utilizou-se um roteiro de entrevista semiestruturada contendo questões referentes às informações acerca do uso do álcool e às repercussões à saúde dos usuários. Aos participantes, foram garantidos a confidencialidade, o anonimato e a não utilização dos dados em prejuízo dos outros. As entrevistas tiveram um tempo médio de dez minutos de duração.

Para o processamento de dados, utilizou-se o *software* de análise textual IRaMuTeQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*). O IRaMuTeQ é um *software* gratuito e com fonte aberta, desenvolvido por Pierre Ratinaud e licenciado por GNU GLP (v2), que permite análises sobre *corpus* textuais e sobre tabelas indivíduos/palavras<sup>(4)</sup>.

É um instrumento inovador relacionado às análises de discurso, sendo o programa capaz de executar diversos tipos de análise, desde a lexicografia básica (cálculo da frequência de palavras) até análises multivariadas (Classificação Hierárquica Descendente), bem como gera a análise de similitude e a nuvem de palavras, que é facilmente compreendida e visualizada por meio das figuras geradas. Vale destacar que a análise textual realizada pelo programa aponta três eixos: as noções de *corpus*, texto e seguimento de texto. O *corpus* é o conjunto de texto que se pretende analisar; o *texto* é cada entrevista que compõe o *corpus* e os *segmentos de texto* são correspondentes às partes do texto que o próprio sistema gera com média de três linhas<sup>(4)</sup>.

À luz desse contexto, neste estudo, os três eixos foram utilizados para a análise de dados. Além disso, o *software* utilizou as análises lexicais para a identificação e a reformulação das unidades de texto, que se transformam em Unidades de Contextos Iniciais (UCI) e em Unidades de Contexto Elementar (UCE), que foram identificadas por meio da quantidade de palavras, frequência média e número de *hápax* (palavras com frequência). Foram feitas a pesquisa do vocabulário e a redução das palavras, com base em suas raízes (lematização), sendo o dicionário criado a partir das

formas reduzidas e identificadas as formas ativas e suplementares<sup>(5)</sup>.

Assim, neste estudo, utilizaram-se as seguintes etapas: 1) Gravação e transcrição das entrevistas, constituindo, assim, o *corpus*, em que o mesmo foi colocado em arquivo único, seguindo os preceitos do IRaMuTeQ; 2) O *corpus* foi preparado, depois de repetidas leituras, excluindo informações que não almejem alcançar os objetivos do estudo e, na sequência, foi feita a decodificação das variáveis e 3) Análise gerada pelo *software* que gerou os dados, descrevendo-se, neste estudo, a nuvem de palavras, a análise de similitude e a Classificação Hierárquica Descendente (CDH) por meio do "dendrograma", que são textos classificados consoantes aos respectivos vocabulários, e o conjunto deles é dividido pela frequência das formas reduzidas.

O estudo foi aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário UNINOVAFAPI com o CAAE nº 25315019.2.0000.5210, sendo aprovado com Parecer nº 3.734.450.

## Resultados

Os participantes da pesquisa foram todos os 11 vereadores de um município no extremo norte brasileiro que integram o Poder Legislativo do município.

Quanto à caracterização sociodemográfica dos participantes, evidenciou-se que a presença masculina é maior entre o quadro de vereadores; a faixa etária variou de 31 a 63 anos, com a predominância de casados/união estável, com Ensino Médio, formação recente dos profissionais envolvidos e primeiro mandato na maioria deles.

Os resultados foram apresentados em três aspectos: nuvem de palavras, análise de similitude e CHD por meio do dendrograma a partir do conhecimento dos vereadores sobre o uso do álcool e as repercussões sobre a saúde dos usuários.

A nuvem de palavras (Figura 1) agrupa e organiza as palavras graficamente em função de sua frequência, sendo, portanto, a análise lexical mais simples, porém, gera um gráfico primordial e interessante na medida em que possibilita a rápida identificação das palavras-chaves de um *corpus*.

Assim, essa análise gráfica é gerada a partir das entrevistas realizadas, destacando-se as palavras que mais aparecem ao longo dos discursos. Neste estudo, a nuvem originada foi:



Fonte: IRaMuTeQ, 2020

Figura 1 - Nuvem de palavras resultante da frequência nos discursos obtidos nas entrevistas

Desse modo, na Figura 1, as palavras são posicionadas aleatoriamente de tal maneira que as palavras mais frequentes aparecem maiores que as demais, demonstrando seu destaque no *corpus* de análise da pesquisa.

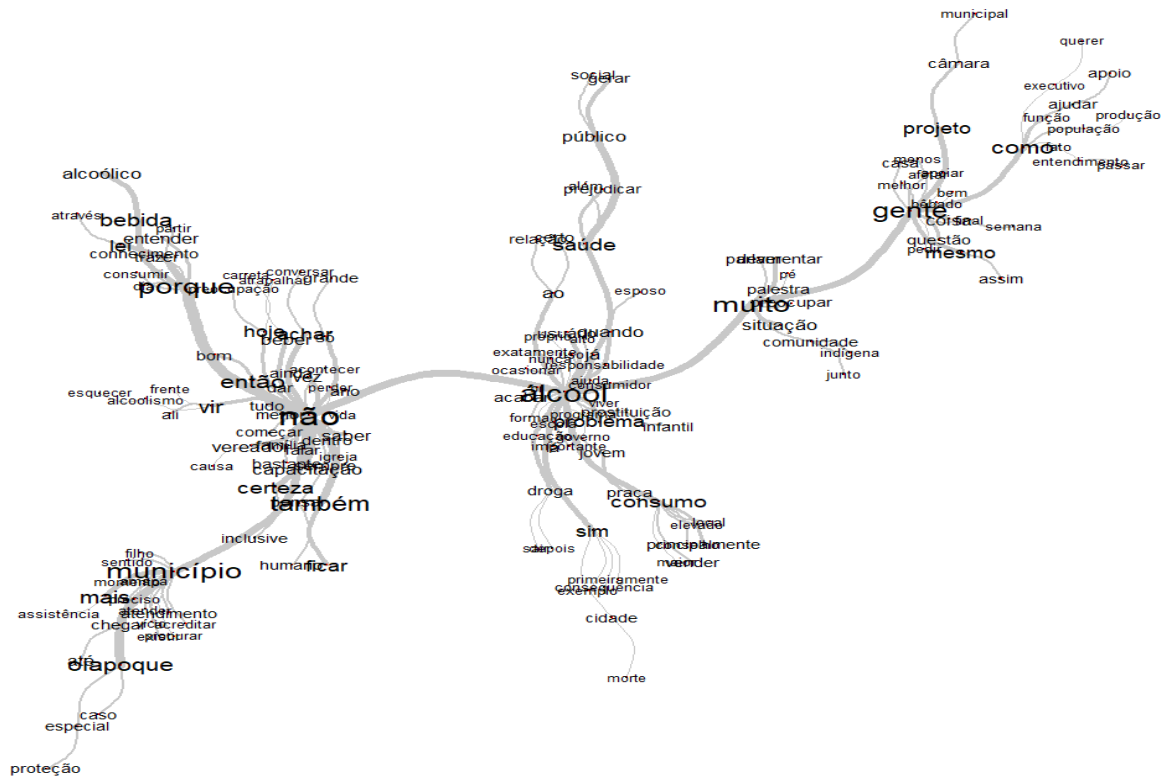
Para os devidos fins, neste estudo, após as etapas de processamento, foram interpretados os sentidos das palavras nos discursos dos vereadores. Dessa forma, a palavra “não” teve o sentido de negatividade do consumo problemático de álcool, demonstrando uma desaprovação, por parte dos legisladores, acerca do uso de álcool pela população do município estudado.

A análise de similitude é guiada pela teoria dos grafos, ou seja, um modelo ideal para estudar as relações entre

objetos discretos de qualquer tipologia, possibilitando identificar as concorrências entre as palavras e os seus resultados, trazendo indícios de conexão entre as palavras, colaborando na identificação da estrutura de representação.

A análise de similitude é capaz de identificar as concorrências entre as palavras e seu resultado, trazendo indicações da estrutura da representação<sup>(4)</sup> (Figura 2).

Podem-se visualizar, na figura, as palavras mais frequentes nas falas dos entrevistados, buscando identificar e classificar os conteúdos das representações dos vereadores. Percebeu-se que os léxicos que tiveram mais destaque foram: *álcool*, *município*, *não*, *porque*, *muito*, *gente*, *consumo*, *saúde*.



Fonte: IRaMuTeQ, 2020

Figura 2 - Gráfico da análise de similitude baseado e construído a partir da teoria dos grafos

A representação "álcool" está associada a "consumidor", "prostituição", "educação", "governo", "problema", "responsabilidade" e outras expressas no modo de constatar que as consequências ao consumo de álcool são um problema de saúde pública que afeta as todas as esferas, perpassando pelo governo e educação.

Outras expressões demonstradas e que têm ligação com a palavra "álcool" são "saúde" e "consumo", "muito", sendo que estas se interligam à "gente", evidenciando que o excesso do consumo de álcool traz danos à saúde populacional.

"Gente" comunica-se com "projeto", "apoio", "câmara", "entendimento", "executivo" e outras expressões.

A expressão "não", além do vínculo com o "álcool", interliga-se com "beber", "vereador", "capacitação", "certeza", "também", "igreja". O "porque" associa-se à "bebida", "conhecimento", "conversar", "lei", "consumir", "entender", dentre outras.

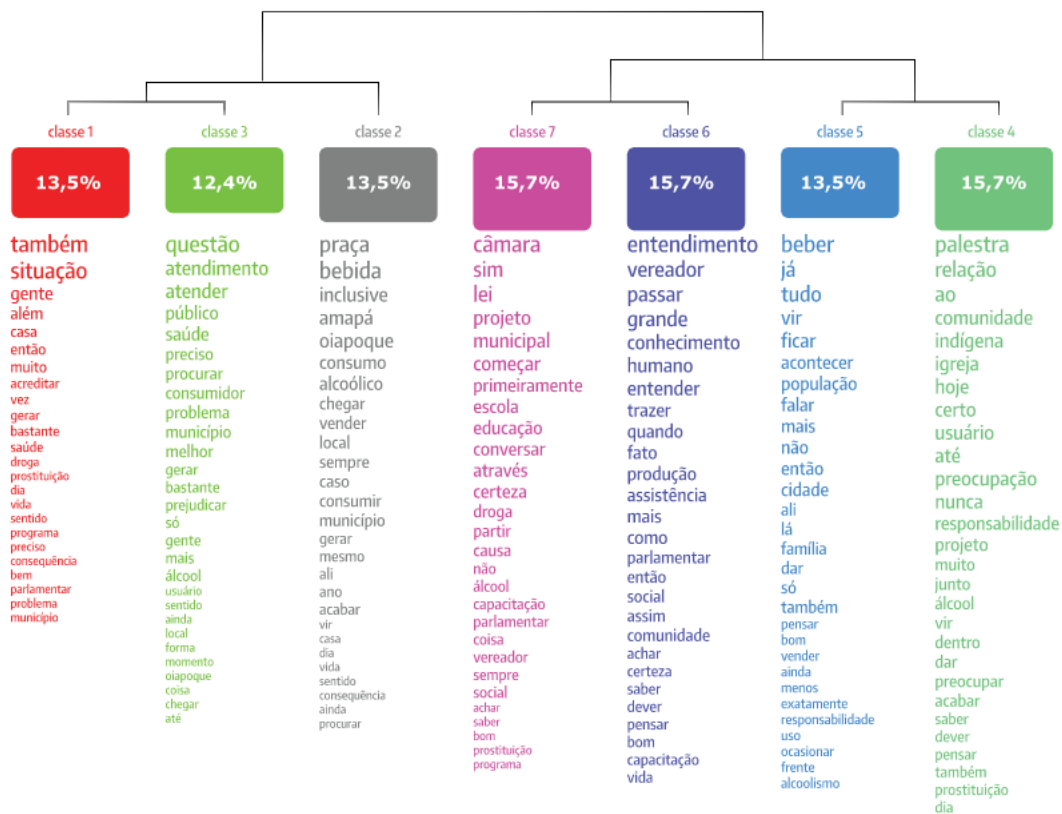
"Município" interliga-se a "mais", "caso especial", "proteção", "assistência", "acreditar", dentre outras.

Desse modo, as palavras mais frequentes assumem, nas falas, muitos questionamentos, repercussões e

consequências advindos do consumo problemático de álcool, além do que medidas são necessárias com o intuito de monitorizar o consumo de álcool de forma prospectiva para serem controlados ou minimizados os riscos de consumo abusivo na comunidade estudada, demonstrando sempre a interligação com Poder Legislativo municipal.

Neste estudo, o *software* reconheceu a separação do *corpus* em 11 textos. O número de formas distintas ou palavras diferentes foi de 949, com número de ocorrências de 4.164. Da amostra de palavras distintas, o *software* julgou importante e analisou 589, com uma frequência mínima igual ou superior a três. Com base nos dados expostos acima, o programa usou como parâmetro para dividir o *corpus* em segmentos de texto, classificando-os em função de seus receptivos vocabulários. Assim, o *corpus* foi dividido em 89 segmentos de texto analisáveis de um total de 105, nos quais se observa um nível de aproveitamento de 84,76% do total do estudo, que foram designados em classes na CHD. O *software* gerou os dados em 59 segundos.

Nesta etapa, o programa apresentou a CHD, ou seja, o dendrograma das classes, obtido a partir do *corpus*, conforme a Figura 3.



Fonte: IRaMuTeQ, 2020

Figura 3 - Organização de classes do conhecimento dos vereadores sobre a proteção do usuário de álcool prestada pelo Estado

Entretanto, as palavras analisáveis foram distribuídas nas setes classes deste estudo da seguinte forma: classe 1, correspondendo a 13,5% do total de segmentos; classe dois (13,5%); classe três (12,4%); classe quatro (15,7%); classe cinco (13,5%); classe seis (16,7%) e classe sete (15,7%) do total dos segmentos de texto.

## Discussão

A leitura atenta e minuciosa, de forma sequenciada, das grafias analíticas sobre o conhecimento de vereadores acerca do uso do álcool e as repercussões sobre a saúde dos usuários tornou um sentido significativo. A partir dos relatos, evidenciou-se uma desaprovção, por parte dos legisladores, acerca do uso de álcool pela população e as repercussões negativas na saúde dos usuários, tal como uma limitação de conhecimento científico e técnico acerca da temática, expondo, na maioria, ideias do senso comum e de maneira generalista.

O uso de álcool de forma abusiva é indubitavelmente um fenômeno grave e complexo. Os sujeitos do estudo relatam os malefícios causados pelo uso de tal substância e as nocividades vivenciadas no cotidiano, compreendendo o contexto da dependência como um caminho tortuoso, destrutivo e permeado por diversas perdas (familiares, afetivas e materiais), dados estes que se solidificam com a literatura pré-existente.

No que concerne às consequências advindas do uso de álcool, o relatório da OMS mostrou que 28,7% das mortes corresponderam a lesões, 21,3%, a doenças do aparelho digestivo, 19%, a doenças cardiovasculares, 12,9%, a doenças infecciosas e 12,6%, a neoplasias. Em relação os anos de vida perdidos em decorrência do uso abusivo de álcool, 49% estão relacionados a condições de saúde mental e 40% devido às lesões e cerca de 2,3 bilhões de pessoas são consumidoras de álcool<sup>(1)</sup>.

A taxa de prevalência acerca do consumo abusivo de álcool no Brasil é significativa, apresentando uma tendência estável tanto nos homens como nas mulheres, devendo as políticas nacionais terem contribuído para tal fato. Todavia, estratégias de intervenção e planejamento de ações no âmbito da saúde pública devem ser elaboradas a fim de reduzir os impactos gerados pelo consumo exagerado de bebidas alcoólicas<sup>(6)</sup>.

Um estudo que analisou o consumo de álcool entre trabalhadores da manutenção, no Estado de São Paulo, apontou que 78% dos trabalhadores consumiram bebida alcoólica no último ano pesquisado. Destes, 43% faziam uso de baixo risco, 50%, consumo de risco e 7% indicaram provável dependência<sup>(7)</sup>.

Ainda nessa vertente, um inquérito que verificou a percepção de 2641 universitários brasileiros, das mais diversas regiões do Brasil, sobre os riscos de comportamento do Beber Pesado Episódico, mostrou

que 24,8% fazem esse uso ocasional de risco, sendo os homens 31,7% e as mulheres 19,5%<sup>(8)</sup>. Em outro estudo, observou-se que 68,9% dos usuários faziam uso de baixo risco de álcool e 31,1% faziam uso problemático do álcool, dos quais 49,8%, uso de risco, 38,7%, uso nocivo, e 11,5%, provável dependência, o que evidencia uma prevalência significativa de tal substância<sup>(9)</sup>.

Ao refletir acerca de uma parcela da população no outro extremo de idade, que identificou o uso abusivo de álcool em idosos, pontuou-se um número significativo do consumo abusivo de álcool (3,9% nas mulheres e 21,7% nos homens), ou seja, essa prática representa risco para a saúde dos idosos<sup>(10)</sup>.

Dados de um estudo realizado no município de Oiapoque, que se ocupou de estudar o padrão do consumo de álcool em servidores de uma universidade pública, apontaram que 8% têm uma utilização de baixo risco ou não consomem, 24% apresentam consumo de risco, 2%, consumo nocivo e 6%, provável dependência, refletindo acerca da necessidade da implementação de intervenções breves na população estudada<sup>(11)</sup>, evidenciando um uso abusivo e problemático de álcool em diversas esferas no segmento brasileiro e salientando, assim, a reflexão acerca da importância dos vereadores terem conhecimento sobre a temática ora investigada.

Frente ao exposto, verifica-se que o consumo de bebidas alcoólicas entre a população adulta brasileira é excessivo. Esse padrão de consumo de álcool acarreta danos à saúde e altos custos para a sociedade, fato este mencionado nas falas dos entrevistados. Portanto, não existe solução única, é um desafio para os governantes a fim de implementar medidas necessárias para diminuir o consumo na população, além do que os custos envolvidos no consumo são maiores do que os lucros aferidos e o desenvolvimento econômico provenientes da venda de bebidas alcoólicas<sup>(12)</sup>.

Dentre outras consequências, podem-se mencionar as alterações psicossociais relacionadas ao início precoce do consumo de bebida alcoólica como as psicopatologias, as dificuldades laborais, de vínculos afetivos e de aceitação familiar. A família e a cultura contribuíram para o consumo precoce e as consequências relatadas pelos participantes intensificaram-se justamente nesses segmentos<sup>(13)</sup>.

Ainda em se tratando das consequências do uso abusivo de álcool, um estudo mostrou esse uso como um problema de saúde pública, dado este concordante com os resultados desta investigação e relacionado a diversos aspectos da vida de cada indivíduo, tais como as modificações econômicas que surgem com a aposentadoria, as mudanças abruptas da rotina de trabalho, a perda de entes queridos, os conflitos familiares, dentre outros aspectos. Além disso, o álcool, por proporcionar uma "fuga" da realidade negativa vivenciada, traz, como consequência, o consumo exagerado, com a ruptura de

diversos laços afetivos, desencadeando agressividade, discórdia, estresse, instabilidade, adoecimento mental, emocional e espiritual e mazelas no círculo social<sup>(14)</sup>.

Assim, ao analisar as grafias oriundas das falas dos entrevistados que corroboram os dados científicos supracitados, destacam-se as mazelas advindas de um uso problemático de álcool, levando, muitas vezes, a um sofrimento incomparável sublevando a trajetória de vida desses usuários trilhada com percalços e perdas, impedindo, algumas vezes, uma reestruturação pessoal, familiar e ocupacional. É facilmente encontrado o rompimento de vínculos afetivos, fraternais e familiares. As perdas materiais e relacionadas às atividades laborais, trazendo sérios problemas econômicos, também são destacadas nos depoimentos dos vereadores. Essas repercussões, associadas às perdas, têm estreita relação com a dependência ou o uso abusivo do álcool.

Dessa forma, tomar ciência do conhecimento dos vereadores acerca de tais repercussões é o caminho necessário para um redirecionamento na assistência prestada à população investigada diante dessa problemática, fato este facilmente compreendido em levantamento que investigou o consumo de álcool em pessoas idosas, o qual apontou a necessidade da capacitação profissional a fim de promover um espaço terapêutico e a implementação de propostas de estratégias de enfrentamento, contemplando ações das políticas públicas diante da problemática do uso abusivo de álcool e intervenções com o intuito de evitar consequências graves e reduzir danos<sup>(15)</sup>.

Portanto, a alta prevalência de desfechos em saúde mental e a presença relevante do consumo de álcool em diferentes padrões reiteram a relevância da capacitação dos profissionais e a organização de serviços de saúde para o manejo desses agravos<sup>(16)</sup>.

Apesar de haver esforços para qualificar os profissionais, as ações em saúde mostram-se pouco acolhedoras, estigmatizantes e ineficazes diante da complexidade do tema. As atitudes pautadas em preconceito, a criminalização e o processo de estigmatização do usuário de álcool, com foco na eliminação dos riscos e na abstinência total, em consonância com o modelo biomédico hegemônico e distantes das necessidades dos sujeitos e da complexidade que envolve a questão, levam a práticas moralizantes e pouco problematizadas, dificultando a autonomia do usuário no cuidado com a sua saúde<sup>(17)</sup>.

Portanto, para se alcançar um modelo de cuidar voltado para a promoção da saúde e a prevenção de agravos, os profissionais envolvidos devem estar preparados e aptos a reconhecer os problemas relacionados ao uso de drogas e desenvolver ações assistenciais.

Ao considerar<sup>(18)</sup> os serviços de cuidados primários de saúde como a porta de entrada dos usuários, familiares



e da comunidade em geral, pode-se afirmar que estes são espaços relevantes para realizações de formas de cuidar e tratar.

A complexidade com que esse fenômeno se apresenta torna imperativa a necessidade de compreender o consumo de risco/nocivo tal como estratégias e intervenções mais condizentes com os indivíduos que usam bebidas alcoólicas. É também necessário que os programas de atendimento e as políticas desenvolvidas sejam mais embasados nas evidências científicas já disponíveis sobre o tratamento das dependências químicas para serem mais efetivos e que haja maior controle desse grave problema de saúde pública.

Nessa vertente, uma pesquisa ocupou-se de reconhecer as condições de vida e saúde e a sobrevivência, visando a manter os usuários inseridos na rede de atenção à saúde e assistência social, evitando a marginalização, buscando propiciar oportunidades de inclusão social e oferecer condições para que o sujeito possa repensar a sua relação com as drogas. Ao considerá-lo a partir dessa perspectiva, torna-se possível traçar estratégias juntamente do dependente de drogas que visem a promover a saúde, assegurando-lhe respeito à sua dignidade. A oferta de tratamento, então, ocorre como uma perspectiva de ganhos em termos de liberdade e autonomia, enfatizando a corresponsabilização do sujeito pelo seu próprio tratamento<sup>(19)</sup>, incitando, assim, a importância da adoção de estratégias de enfrentamento efetivas para que esses usuários possam entender que é possível o restabelecimento de suas vidas e de sua saúde.

Portanto, as novas políticas públicas devem ser mais inclusivas no plano da sociedade e da cultura e requerem a participação de múltiplos atores sociais como, por exemplo, professores, profissionais de saúde, líderes comunitários, famílias, imprensa, legisladores, instituições jurídicas e de segurança pública, valendo destacar que cada país deve adotar medidas condizentes com a sua cultura e o seu contexto histórico.

Assim, nessa vertente, faz-se importante contextualizar a importância dos vereadores nesse processo assistencial, pois são políticos destinados a atender aos interesses da coletividade para atingir uma finalidade pública e necessitam de capacitação técnica para exercer suas respectivas funções<sup>(20)</sup>. Outra pesquisa, que objetivou analisar o perfil da carreira e as percepções políticas de vereadores em um Estado do Brasil, mostrou a importância do município e do papel dos legisladores na nova ordem constitucional<sup>(21)</sup>.

É importante salientar a compreensão dos vereadores acerca do papel exercido na atividade política local, no qual declaram representar a população, apesar da localização restrita à base local, e ressaltam que a vereança é uma atividade que representa a população, não necessariamente o interesse de todos, tentando,

assim, atribuir atenção à sua base eleitoral, ainda que não estejam desvinculados dos interesses gerais<sup>(22)</sup>.

Desse modo, são os parlamentares os responsáveis por identificar os problemas sociais da população, regulamentar e tentar solucioná-los por meio da normatização, ou seja, vislumbrar os problemas de interesse da área da saúde e materializá-los com direitos e garantias de ordem jurídica que estão estritamente relacionados à visão de mundo que os membros do Poder Legislativo possuem. Compreender como funciona a realidade desses agentes políticos é de suma importância dentro do contexto da saúde pública.

Em suma, o uso problemático de álcool, atualmente, tem adquirido grandes proporções em detrimento da desvirtuação de sua finalidade inicial (terapêutica, objeto de interação social ou usado em rituais místicos e religiosos). Assim, gera amplo debate no meio social, não somente pelos efeitos devastadores manifestados que consomem os usuários, mas também pela teia de destruição que acarreta e, diante desse panorama, sobrelva-se a importância dos legisladores nessa conjuntura, sendo primordial não somente a capacitação destes profissionais diante da temática, mas também a ampliação de debates com gestores, profissionais de saúde e demais atores envolvidos.

Portanto, o trabalho deve ser desenvolvido de forma interdisciplinar para que se alcance a resolutividade das situações-problema. É importante o fortalecimento da rede social significativa dos usuários para que o processo do cuidado seja potencializado, destacando-se a capacitação parlamentar devido às consequências negativas do consumo de álcool, a necessidade de trabalho ampliado e intersetorial, a importância da criação de projetos de leis, o papel do legislador diante dessa problemática e a sua (co) responsabilização, as situações de vulnerabilidade e a falta de serviços especializados, como a limitação de ações do Estado.

Desse modo, os legisladores demonstram conhecimento em relação aos malefícios, às consequências das drogas e à obrigatoriedade de medidas governamentais a fim de reduzir os danos causados pelo consumo de tal substância. Entretanto, evidenciam-se, nas falas, terminologias utilizadas no senso comum, uma limitação de conhecimento científico, expondo, na maioria, ideias que são divulgadas no cotidiano e comuns à população de maneira generalizada, demonstrando a necessidade de capacitação, fato este bastante solicitado, demonstrando o interesse por parte dos entrevistados, a fim de promover melhorias à comunidade investigada no extremo norte brasileiro.

## Conclusão

O conhecimento dos vereadores acerca da tutela jurídica dos usuários de álcool é empírico e generalista,

construído a partir de informações oriundas da mídia ou próprias do senso comum, desprovido de base científica e afastado das atuais políticas públicas sobre a problemática do consumo de álcool, dado este que se reflete nas atividades desenvolvidas pelos parlamentares, influenciando as políticas públicas de saúde e saúde mental desenvolvidas no município, indiciando a necessidade de maior conhecimento técnico sobre o tema, uma vez que são trabalhadores que criam as leis a fim de implementar políticas eficazes à população usuária de álcool.

Mediante as falas dos legisladores, considerando o objeto do estudo investigado, faz-se necessário que eles tenham um raciocínio crítico ao desenvolver as leis, uma cultura profilática com relação ao uso e ao abuso de álcool, já que, a partir das demandas legislativas, as ações e estratégias serão desenvolvidas com a finalidade de acolhimento, tratamento adequado, promoção da saúde e da legalidade, medidas protetivas e reinserção dos usuários no meio social, sendo que a prevenção deve ser priorizada com medidas educativas, atendendo ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.

A partir da produção deste conhecimento, espera-se que os órgãos envolvidos, sejam da saúde, assistência social, cidadania, gestão, jurídicos ou de qualquer outra natureza, possam trabalhar de forma integral, interdisciplinar, capaz de inovar em estratégias eficazes na abordagem do tema. Portanto, este estudo suscita a necessidade da criação de um núcleo de capacitação parlamentar na cidade investigada.

Por mais que os dados não possam ser generalizados a demais contextos brasileiros, sendo essa a limitação deste estudo, o estudo é válido nas áreas de saúde pública e jurídica a fim de nortear horizontes quanto a essa problemática em um município no extremo norte do Brasil, na Amazônia brasileira, pois se faz necessário o enfrentamento, além de medidas imperativas para prevenir agravos e traçar ações que retardem ou impossibilitem o consumo problemático do álcool dentre a população ora estudada.

## Agradecimentos

A Professora Dra. Aline Raquel de Sousa Ibiapina pelo auxílio com o *software* de análise textual IRaMuTeQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*).

## Referências

1. World Health Organization. Global status report on alcohol and health 2018. Geneve: WHO; 2018.
2. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde. *Vigilante Brasil 2016: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2016*. Brasília: Ministério da Saúde; 2017. 160 p.
3. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Guia estratégico para o cuidado de pessoas com necessidades relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas: Guia AD*. Brasília: Ministério da Saúde; 2015. 100 p.
4. Camargo BV, Justo AM. Tutorial para o uso do software de análise textual IRaMuTeQ. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina; 2013.
5. Camargo BV, Justo AM. Um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas Psicol*. 2013;21(2). doi: <http://dx.doi.org/10.9788/TP2013.2-16>
6. Munhoz TN, Santos IS, Nunes BP, Mola CL, Silva ICM, Matijasevich A. Trends in alcohol abuse in Brazilian state capitals from 2006 to 2013: an analysis of data from the VIGITEL survey. *Cad Saúde Pública*. 2017;33(7):e00104516. doi: <http://doi.org/10.1590/0102-311X00104516>
7. Oliveira JL, Souza J. Fatores associados ao consumo de álcool entre trabalhadores públicos da manutenção. *Acta Paul Enferm*. 2018;31(1):17-24. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-0194201800004>
8. Espíndola MI, Schneider DR, Bartilott CB. The perception of college students about the consequences of binge drinking. *SMAD Rev Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog*. 2019;15(2):29-37. doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1806-6976.smad.2019.149204>
9. Maciel MED, Vargas D. Cultural adaptation and content validation of the Single-Question for screening alcohol abuse. *Rev Esc Enferm USP*. 2017:e03292. doi: <http://doi.org/10.1590/s1980-220x2016048703292>
10. Garcia PCO, Bassit DP, Pinto FCG. Alcohol use, abuse and dependence among elderly in outpatient treatment through the application of AUDIT. *Rev Assoc Med Bras*. 2020;66(3):307-13. doi: <https://doi.org/10.1590/1806-9282.66.3.307>
11. Castelo Branco FMF, Castelo Branco T Neto, Farias FCS, Dutok CMS, Vargas D, Barroso TMMDA. The patterns of consumption of alcohol among employees of a Brazilian public university. *Referência*. 2019;4(22):85-95. doi: <http://dx.doi.org/10.12707/RIV19026>
12. Monteiro MG. Políticas públicas para a prevenção dos danos relacionados ao consumo de álcool. *Epidemiol Serv Saúde*. 2016;25(1):171-4. doi: <http://dx.doi.org/10.5123/S1679-49742016000100017>
13. Rodrigues G, Krindges CA. Consequências psicossociais atreladas ao consumo precoce de bebida alcoólica. *Rev Psicol IMED*. 2017;9(2):61-76. doi: <http://doi.org/10.18256/2175-5027.2017.v9i2.2087>

14. Silva SAS, Oliveira JAP. Dependência do álcool na terceira idade: causas, consequências e desafios para a família e profissionais da área da psicologia. *Psicol Saúde Debate*. 2018;4(3):46-59. doi: <http://doi.org/10.22289/2446-922X.V4N3A5>
15. Soares SM, Lima EDRP, Naegle MA, Silva PAB, Santos JFG, Silva LB. Consumo de álcool e qualidade de vida em idosos na saúde da família. *Rev Enferm Cent Oeste Min*. 2016;6(3):2362-76. doi: <http://doi.org/10.19175/recom.v6i3.1184>
16. Santos MVF, Campos MR, Fortes SLCL. Relação do uso de álcool e transtornos mentais comuns com a qualidade de vida de pacientes na atenção primária em saúde. *Cienc Saúde Coletiva*. 2019;24(3):1051-63. doi: <http://doi.org/10.1590/1413-81232018243.01232017>
17. Malvezzi CD, Nascimento JL. Cuidado aos usuários de álcool na atenção primária: moralismo, criminalização e teorias da abstinência. *Trab Educ Saúde*. 2018;16(3):1095-12. doi: <http://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00153>
18. Barbiani R, Nora CR, Schaefer R. Nursing practices in the primary health care context: a scoping review. *Rev Latino-Am. Enfermagem*. 2016;24:e2721. doi: <http://doi.org/10.1590/1518-8345.0880.2721>
19. Gomes TB, Vecchia MD. Estratégias de redução de danos no uso prejudicial de álcool e outras drogas: revisão de literatura. *Cienc Saúde Coletiva*. 2018;23(7):2327-38. doi: <http://doi.org/10.1590/1413-81232018237.21152016>
20. Backer MMB, Souza D. A percepção dos cidadãos e dos vereadores acerca das atividades legislativas. *Rev Administr. [Internet]*. 2013 [Acesso 28 mai 2020];11(19):1-18. Disponível em: <http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadeadm/article/view/1086>
21. Almeida R, Araújo PM. Democracia e Representação Local: perfis de carreira e percepções políticas de vereadores da Grande Vitória (ES). *Em Tese*. 2020;17(1):33-59. doi: <https://doi.org/10.5007/1806-5023.2020v17n1p33>
22. Martins TC, Kerbauy MTM. O perfil da elite política local: uma análise da autopercepção dos vereadores sobre a representação. *Rev Eletr Ciênc Política*. 2017;8(2):136-59. doi: <http://dx.doi.org/10.5380/recp.v8i2.51400>

## Contribuição dos autores

**Concepção e planejamento do estudo:** Tancredo Castelo Branco Neto, Fernanda Matos Fernandes Castelo Branco, Fabio Rodrigues Trindade, Ivonizete Pires Ribeiro, Fabricio Ibiapina Tapety, Rauriys Alencar de Oliveira.

**Obtenção dos dados:** Tancredo Castelo Branco Neto.

**Análise e interpretação dos dados:** Tancredo Castelo Branco Neto, Fernanda Matos Fernandes Castelo Branco, Fabio Rodrigues Trindade, Ivonizete Pires Ribeiro, Fabricio Ibiapina Tapety, Rauriys Alencar de Oliveira.

**Análise estatística:** Tancredo Castelo Branco Neto, Fernanda Matos Fernandes Castelo Branco, Fabio Rodrigues Trindade, Ivonizete Pires Ribeiro, Fabricio Ibiapina Tapety, Rauriys Alencar de Oliveira. **Redação do manuscrito:** Tancredo Castelo Branco Neto. **Revisão crítica do manuscrito:** Tancredo Castelo Branco Neto, Fernanda Matos Fernandes Castelo Branco, Fabio Rodrigues Trindade, Ivonizete Pires Ribeiro, Fabricio Ibiapina Tapety, Rauriys Alencar de Oliveira.

**Todos os autores aprovaram a versão final do texto.**

**Conflito de interesse: os autores declararam que não há conflito de interesse.**


Recebido: 28.05.2020

Aceito: 13.02.2021

Autor correspondente:

Tancredo Castelo-Branco-Neto

E-mail: [tcbranconeto@gmail.com](mailto:tcbranconeto@gmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0002-5675-7219>

**Copyright © 2022 SMAD, Rev Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog.** Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons CC BY.

Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. É a licença mais flexível de todas as licenças disponíveis. É recomendada para maximizar a disseminação e uso dos materiais licenciados.